

QUESTÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ana Fani Alessandri Carlos*

RESUMO

A construção de uma política para os programas de pós-graduação em Geografia deve ter, como horizonte, a possibilidade de realização da pesquisa e do ensino de qualidade (na universidade), como condição essencial na formação de professores e pesquisadores e isto exige uma série de condições. Vivemos um momento em que as *avaliações* dos programas patrocinados pela Capes (por criarem padrões rígidos que não diferenciam ciências exatas das humanidades) tem criado um desvio no que se refere a este objetivo, fato o que merece atento debate por parte da comunidade científica. Este texto traz alguns elementos para, senão orientar, pelo menos pontuar questões importantes para a criação de uma política para a pós-graduação em Geografia, capaz de contemplar sua especificidade.

PALAVRAS-CHAVE: pós-graduação, universidade, pesquisa, ensino, avaliação.

ABSTRACT

The construction of a policy to graduate programs in Geography must have, as perspective, the possibility of research and good educational quality (at university) as an essential condition to form professors and researchers, which requires a series of conditions. We live in a moment in which the "evaluations" of the programs sponsored by

* Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

Capes have created a deviation from this objective, once rigid standards have not allowed any differentiation between natural and human sciences. This subject deserves a careful debate within the scientific community. This paper brings some elements to acknowledge, or at least to point out, how important matters to a graduate policy could cover the specific character of Geography issues.

KEY-WORDS: graduate studies, university, research, education, evaluation.

A construção de uma política de pós-graduação deve apoiar-se na reflexão sobre a natureza e o conteúdo da atividade docente na universidade. Vive-se uma séria crise hoje e os sintomas são claros: nas reuniões da Anpege,¹ passa-se mais tempo discutindo a respeito da Capes do que sobre o conteúdo das pesquisas, seus limites e suas perspectivas. Há mais preocupação em diminuir os prazos do curso do mestrado do que com a possibilidade da criação do conhecimento geográfico. Há mais preocupação com o número de trabalhos que se pode apresentar em eventos ou publicações do que com o debate sobre o modo como a geografia constrói um conhecimento sobre o mundo contemporâneo e a realidade brasileira, em particular. Os cursos de pós-graduação, ao invés de aprofundarem o intercâmbio entre si, transformam-se em *inimigos* uns dos outros, por causa da competitividade. Estas constatações levam a refletir sobre as seguintes questões: 1. que proposta da universidade sustentaria os programas de pós-graduação em geografia no Brasil? 2. seria pertinente a construção de um modelo para a realização da atividade docente e, conseqüentemente, de ensino na pós-graduação? 3. por que os cursos se submetem, às vezes passivamente, à Capes sem debates aprofundados?

Desse modo, pode-se afirmar que a universidade pública – da qual somos parte integrante – deve estar atenta para seu papel na sociedade, o que também significa que deve prestar contas sobre o trabalho realizado. No entanto, deve estar claro, para todos, o sentido mais profundo da relação entre o ensino e a pesquisa. A autonomia universitária deve residir na possibilidade concreta

¹ Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia.

da construção de um conhecimento sobre a realidade. A importação de modelos teóricos é o caminho mais rápido para o aprofundamento da dependência. Por isto mesmo, a construção do conhecimento deve se basear numa relação crítica diante do mundo em que se vive. Estas indagações levam a outras: qual é o conteúdo do conhecimento produzido na universidade pública? E qual é o papel da pós-graduação nesta produção?

AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

Parece consenso, na comunidade acadêmica, que o papel da universidade se apóia no desenvolvimento do tripé: produção de conhecimento, ensino, e extensão; mas qual é o conteúdo dessa articulação e de cada uma dessas partes?

Inicialmente, pode-se afirmar que só há ensino a partir da produção de um conhecimento crítico, comprometido com o desvendamento do mundo em que se vive; sem essa atitude, sem a pesquisa, o ensino estaria submetido à reprodução de modelos teóricos e idéias importadas. Nessa condição, não seria possível a construção de uma universidade comprometida com o exercício da liberdade. Afinal, a pesquisa alimenta o ensino e este tem um papel de questionamento das idéias produzidas; mesmo porque, o processo de conhecimento é cumulativo – ao mesmo tempo descontínuo – e, a cada momento histórico, ele se reproduz a partir da crítica ao estabelecido; deste modo, o conhecimento se realiza pela superação constante de idéias construídas a partir da necessidade de desvendamento do mundo. É assim que se caminha para a construção de um conhecimento original sobre a realidade. Ambos, em constante processo de produção, apontam para a relatividade dos conceitos e das situações, pela ação e pela crítica.

Por sua vez, o conteúdo fundamental da atividade didática é aquele que *forma* o aluno, orientando-o a pensar criticamente o mundo em que vive e, conseqüentemente, a assumir plenamente sua condição de cidadão. Nesta direção, a valorização da produção acadêmica deve ser a base na qual se erige a pós-graduação, na medida em que ela é o objetivo, resultado e condição última do trabalho, nesse plano. Nesse sentido, a qualidade do trabalho, sua capacidade de desvendar o mundo em que se vive, não pode ser avaliada por critérios de quantidade, ainda que este possa em ser, em alguns momentos, um critério

diferenciador, pois o quantitativo aponta, também, para o qualitativo.

Isto não quer dizer que este trabalho dispense a avaliação, pelo contrário, uma universidade pública deve prestar contas à sociedade. O que se coloca como questão é o modo como ela se realiza e a importância que a ela se dá. Uma avaliação deve basear-se, de acordo com a opinião desta autora, em critérios de valorização dos trabalhos em todos os níveis, independentes de sua escolha teórica metodológica e temática; a ninguém é dado o direito de acreditar que uma vertente teórica seja única e verdadeira, desqualificando as outras. A pós-graduação brasileira deve contemplar a pluralidade dos posições teórico-metodológicas que estão na base da constituição do pensamento geográfico, sem aprisionar a pesquisa em um modelo hegemônico.

O debate em torno da avaliação levanta, na realidade, um tema ainda mais importante: a autonomia da universidade. Ao contrário do que se diz ou se escreve, a prática cotidiana de ensino e de pesquisa, na academia, revela um fato inquietante: *a perda de autonomia da universidade*. Constata-se que a realização de pesquisas no Brasil não são fomentadas pelas universidades, que acabam colocando os programas de pós-graduação e a pesquisa realizada pelos professores-orientadores e orientandos nas mãos das instituições de fomento que, nesta condição, acabam definindo padrões e prioridades da pesquisa, segundo um modelo hegemônico, baseado no desenvolvimento das ciências da natureza e com forte prejuízo para as *humanidades*.

Muitos ainda não descobriram a diferença entre fazer experiências com animais dentro de laboratórios e realizar pesquisas com pessoas (por exemplo, camelôs, favelados, sem-tetos etc) nas cidades. Muitos ainda se preocupam mais com as relações possíveis entre universidade e empresa do que com o *abastecimento* das bibliotecas; e mais com a quantidade de possíveis patentes do que com a qualidade dos cursos ministrados.

As verbas para a realização da pesquisa não vêm integralmente da universidade. É a Capes, por meio do Proap, que as destina para a realização de pesquisas, compra de livros, passagens aéreas para os professores que compõem as bancas, estadia dos professores visitantes que ministram cursos; para o intercâmbio, para as reuniões científicas etc. É a Capes, o CNPq e as fundações estaduais que patrocinam as bolsas para alunos e professores. São as instituições de fomento que liberam parte significativa da verba para reforma de bibliotecas, compra de livros e equipamentos dos laboratórios e, finalmente, são as institui-

ções de pesquisa que financiam as viagens de pesquisa e formação.

Dessa forma, cada vez mais, a universidade delega suas responsabilidades às instituições de fomento; sendo assim, são os seus comitês assessores que definem critérios para a liberação das verbas e prazos, assentados em interesses e eixos temáticos próprios, deixando os professores e os programas nas mãos das instituições. Nesta situação, são elas que redefinem os campos, os temas e as necessidades, baseadas em critérios nem sempre condizentes com o sentido do trabalho acadêmico e com o sentido da universidade pública.

Na medida em que o dinheiro dessas instituições *jorra* na universidade, o cotidiano se transforma e se vê invadido por um intenso processo de burocratização das atividades, provocando a diminuição do tempo dedicado à pesquisa, pois passam-se horas e dias fazendo relatórios, preenchendo questionários, montando currículos etc., enfim provando que se trabalha (na direção que os assessores destas instituições acreditam ser mais importante).

Assim, vive-se um momento crítico, causado pelas organizações que não pertencem à universidade – instituições de fomento à pesquisa e o MEC – e que tem um *modelo fechado*, que se pretende hegemônico, impondo-se como orientador dos modos de fazer, ensinar e pensar a Geografia no país, seja por meio da imposição de parâmetros curriculares para o ensino básico e fundamental, seja por meio da criação de *provões* no final do curso de graduação, ou ainda, por meio de estruturas de avaliação da pesquisa realizada nos cursos de pós-graduação.

Há uma clara contradição entre as exigências das instituições de fomento e as das universidades; estas tem autonomia para decidir sobre o desenvolvimento dos programas de pós-graduação até certo ponto, quando se dá o questionamento por parte das instituições de fomento às diretrizes da universidade sobre alguns assuntos, como prazos para realização das teses e dissertações, número de alunos por orientador, eixos de pesquisa, objetivos das publicações etc. Tudo isso em nome dos critérios para a liberação de mais verbas, mais bolsas, patrocinando, portanto, uma competição desastrosa em busca de recursos para a pesquisa e comportamentos que mais do que ferirem a *autonomia universitária*, trazem prejuízo para a pesquisa.

Desse modo, o projeto utópico e possível de universidade se transforma num cronograma de prazos a serem seguidos a partir de metas estritamente delimitadas e, *competentemente*, perseguidas. Nessa direção, surge a idéia da

competência apoiada na busca incessante e doentia da eficiência – aquela capaz de dar respostas às necessidades das empresas. Assim, a *competência*, medida pela produtividade (enquanto parâmetro de quantidade), está na ordem do dia.²

Nesse modelo, ao entrarmos no universo do *produtivo*, o *tempo próprio* da pesquisa (cuja delimitação é consequência das necessidades da análise e não sua definição) se esvazia. Como consequência, a sociedade marcada e regida pelo produtivismo entra em contradição com o tempo da reflexão – próprio de nossa atividade acadêmica. Um tempo lento, mas infinitamente mais criativo que é o tempo prescípua da construção do pensamento. Ignora-se o fato de que nas ciências humanas, o tempo da descoberta – que ilumina o caminho da constituição de um pensamento autônomo e livre – é *um tempo lento*. Portanto, o tempo da reflexão se opõe à estrutura cristalizada antes de se submeter a ela. Isto significa que o *tempo lento da reflexão* que apóia a pesquisa, não pode ser cooptado pelo mercado, não admite institucionalizações, é radicalmente contrário aquele da empresa, que entende e divulga para toda a sociedade que o *tempo rápido* – como critério de produtividade – reflete, consequentemente, em qualidade.

A imposição do *tempo rápido* voltado/submetido ao universo da técnica, transforma, no limite último, toda nossa atividade em espetáculo: seminários, congressos, publicações etc. O projeto neoliberal de universidade se move por projetos que se sustentam nos estreitos limites dos recursos de compra de equipamentos, apresentação de resultados imediatos de acordo com as necessidades do mercado.

Este caminho marca o empobrecimento da sociedade cada vez mais definida nos limites estreitos da sociedade de consumo, na qual o indivíduo é medido pela quantidade de informação que tem; um mundo onde a informação vira conhecimento e, nesta condição, poder. Daí a neurose da universidade em produzir profissionais e não pesquisadores; cursos de pós-graduação de curta duração para quem pode pagar (os MBA), submisso a um mercado de trabalho cada vez mais dominado pelos quesitos técnicos e não pelas pesquisas

² A avaliação como imposição de um *modelo hegemônico* para a pesquisa em Geografia. Ver: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. *Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares de Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

aprofundadas. Assim, invadida pelo imediatismo e utilitarismo, a universidade também se empobrece e abdica de seu papel de pensar criticamente o mundo, desfocando seu horizonte do *homem* para o mercado.

Os padrões externos de avaliação, que acabam regendo boa parte da pesquisa realizada nos cursos de pós-graduação, constituem-se como verdadeira pressão sobre o cotidiano da pesquisa posto que, ao criar parâmetros rígidos, produz uma homogeneização dos ramos do conhecimento, fazendo a tábula rasa que influencia a qualidade, agora submetida a critérios eminentemente quantitativos. Desse modo, normatiza-se todo o processo de pesquisa enquanto *verdade absoluta* numa sociedade burocratizada, que tende a se instalar enquanto modelo perfeito – de um modo de trabalho, de uma política de pesquisa – no seio da universidade, de modo autoritário, sem debate. Esse comportamento nega a própria essência da pesquisa na universidade. A avaliação – enquanto parâmetro *de quantidade* – age como uma forma de repressão aplicada de cima para baixo, pelo poder que exerce toda a burocracia, por meio de um discurso que produz *os centros de excelência*, tão caro àqueles que usam a universidade como *grife* para a venda de pesquisas. Nesse contexto, a qualidade dos programas de pós-graduação deixa de ser medida por critérios acadêmicos de qualidade da produção, para serem definidos pela nota a eles auferida pelas instituições de fomento.

A partir de agora, a atividade acadêmica está nas mãos da burocracia e se submete a uma nova forma de *terrorismo*. Na sociedade de modelo neoliberal, a palavra de ordem, hoje, é a *concorrência*; é neste contexto que a avaliação deve ser analisada. É neste contexto que assume importante papel, pois, a ela se associam as esperanças de que os recursos comecem a jorrar na universidade. Assim, amontoam-se relatórios volumosos que ninguém vai ler, artigos repetitivos (pois a quantidade é o fundamental), coletâneas de congressos sem qualidade, produzindo enormes distorções.

Esse conjunto numérico estabelece os padrões de competência que é a qualidade básica da tecnocracia. Dentro desse discurso, a busca da tão sonhada *parceria* universidade/empresa inaugura a realização das condições necessárias à produção do *conhecimento utilitário*, voltado ao mercado. Nesse contexto, o objetivo é criar padrões de competência que imponham os rumos da institucionalização da universidade voltada para padrões de mercado – por meio da busca de eficiência. Assim, a avaliação traz no seu bojo a busca da

eficiência que se realiza por intermédio da competência; qualidade suprema da tecnocracia, apoiada na utopia tecnológica que produz o instrumental técnico e de informação. Na era da técnica, o pesquisador precisa ter, necessariamente, outro perfil; aquele que dispensa a formação aprofundada e o espírito crítico. Isto porque, o primado da técnica sufoca a espontaneidade e a capacidade inventiva – esta exige a ruptura com o existente, o que é inadmissível dentro dos novos parâmetros.³

Agora, o *real conhecimento* é aquele que classifica e que desqualifica o tempo da reflexão posto que, o conhecimento precisa ser organizado e, rapidamente, sistematizado. Convém lembrar que a burocracia é estruturante, essa é a sua razão de ser, portanto, tudo deve ser dominado num programa fechado. O que escapa do modelo deve ser desmoralizado, desqualificado. Nessa direção, o pragmatismo se impõe ao conhecimento teórico aprofundado.

É assim que o discurso das necessidades do mercado, em meio a uma sociedade onde se vislumbra o fim do emprego, passa a gerir a conduta de alunos e professores; a universidade perde a auréola da produção do conhecimento crítico que desvenda as contradições que explicam o mundo real, para se transformar no lugar da busca de um diploma que ajude o aluno na batalha do emprego. Nesse contexto, parte deles a exigência por um currículo mais curto e técnico possível. Não é preciso pensar o mundo, muito menos transformá-lo, ele está lá, pronto, concreto, impondo-se de modo inexorável – alguns dos cursos de turismo, criados recentemente, vão nesta direção.

Na geografia, este modelo faz renascer a preocupação com a sua aplicação. De tempos em tempos, o empirismo ronda a disciplina; de tempos em tempos, vozes se levantam a favor de uma Geografia aplicada, ou da necessidade de que, embalados pelas possibilidades da técnica, ela se torne *mais científica* e, com isso, esteja apta às necessidades do mercado. Afinal o *espectro do mercado ronda a universidade* e parece pesar sobre todos.

Nessa vertente da ação, para citar um exemplo, reduz-se a problemática urbana a problemas administrativos e, desse modo, inaugura-se a gestão do espaço, liberando a cidade dos entraves ao processo de modernização, restituindo a coerência ao processo de crescimento. Isto evidentemente envolto pelo discurso de manutenção do que se chama *qualidade de vida*, sempre atada à

³ CARLOS; OLIVEIRA, op. cit.

idéia de uma vida organizada sob a égide de um modelo manipulado, que cria a satisfação do indivíduo envolto no consumo. Nesse sentido, o *status* de cidadão se reduz ao daquele *usuário* de bens de consumo coletivo.

PONTOS PARA DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA

O estabelecimento de uma política para orientar a pós-graduação deve se embasar num amplo conjunto de questões que desvendam a essência do trabalho na universidade, logo, deve se apoiar num projeto da própria instituição. Portanto, abre-se a perspectiva de se pensar um conjunto de princípios fundamentados que envolva uma reflexão sobre a função da Geografia na sociedade, o âmbito de seu papel no processo de constituição do pensamento sobre a realidade brasileira, colocando a disciplina, incessantemente, diante de novos questionamentos, nos quais a reflexão crítica se impõe.

A realização do conhecimento na universidade deve se dar em função das necessidades postas pela sociedade, sem atrelamento às aspirações de concretização do poder do estado. A instituição deve continuar sendo o *locus* privilegiado da produção do conhecimento que se constrói, basicamente, no cotidiano da pesquisa, enquanto produção crítica e original, sem a qual não há ensino comprometido com a formação do cidadão. Nunca é demais reforçar o fato de que o conhecimento só pode ser produzido por meio do comportamento crítico, do exercício da liberdade e da existência do pleno direito à diferença.

Pensar uma política significa, portanto, contemplar as diferenças, longe de se procurar forjar unanimidades, sem interferir no afloramento da pluralidade dos modos de *fazer, pensar e ensinar geografia*. Os indivíduos tem esse direito inalienável, porque diferem entre si, e essa diferença se contrapõe à massacrante tendência à homogeneização imposta por uma racionalidade, que tende a produzir um modelo redutor que elimine quaisquer diferenças. Na verdade, a atitude de se normatizar o agir e o pensar, a partir de estatutos e regimentos inflexíveis, assenta-se na estratégia que visa a equivalência e a identificação completa de todos os membros da comunidade para o reconhecimento do poder estabelecido e consubstanciado na lógica da dominação, na qual a identidade deixa de ser particularidade para se tornar o idêntico ao todo. Portanto:

- a) é vital estimular e dar condições para realização da pesquisa e do

- ensino comprometido com o desvendamento da realidade brasileira:
- b) um programa de pós-graduação deve ser capaz de sustentar a produção original do conhecimento que foge às regras estabelecidas pelo mercado; fundando sua autonomia na pesquisa, abrindo novas possibilidades temáticas e metodológicas;
 - c) deve criar condições para que o ensino possa se pautar, fundamentalmente, na *formação crítica do aluno*, condição necessária para o desenvolvimento da capacidade investigativa e até mesmo docente. O ensino de pós-graduação precisa permitir a realização da pesquisa e da produção intelectual em novos campos e ampliar a participação dos pós-graduandos nos debates em torno do trabalho de pesquisa, diminuindo, na medida do possível, a burocratização das relações;
 - d) deve ter autonomia para gerenciar e obter recursos, coordenar os programas de pesquisa, o fluxo de informações, decidir a relação ideal do número de vagas para a pós-graduação;
 - e) capacidade para a realização de novos eventos científicos e de convênios de amplitude nacional e internacional, como possibilidade de aprofundamento da reflexão e não como espetáculo;
 - f) deve estabelecer o tempo dos cursos nos programas em função de seus objetivos e singularidades – sendo este seu maior desafio. Qual deve ser a duração de um programa de mestrado e doutorado? Sua determinação deve ser flexível, passando pelas exigências da formação e do trabalho de pesquisa, e não de um cronograma de prazos a serem seguidos a partir de metas estritamente delimitadas pelo mercado e, competentemente, perseguidas. A pesquisa em Geografia precisa de um tempo diferente daquele necessário às ciências exatas, feito em condições controladas e com poucas variáveis. Um problema indiscutível, no Brasil, é a dificuldade de coleta de dados primários, além dos secundários, com séries estatísticas e históricas interrompidas, dados coletados por entidades diferentes, com resultados distintos sobre o mesmo fenômeno, ou ainda inexistência de dados, fato que obriga o pesquisador a toda sorte de malabarismos para conseguir quantificar os elementos necessários ao desenvolvimento do tema.
- No âmbito da Geografia, uma pesquisa de qualidade que vise o entendimento da realidade brasileira precisa de um tempo para coleta

de dados primários, indispensável à realização do trabalho. As pesquisas de campo, tão importantes para a Geografia Humana quanto para a Geografia Física, freqüentemente dependem de fenômenos naturais e não da vontade do pesquisador, além disso, o trabalho em locais desconhecidos pelo pós-graduando exige um considerável tempo de permanência em campo para que a pesquisa não seja superficial ou produza explicações equivocadas. A cartografia das informações pode também ser demorada, tanto pela variedade e complexidade dos dados, como pela sofrível documentação cartográfica nacional. Aos problemas já citados deve ser acrescido outro de grande relevância, a necessidade de amadurecimento do pesquisador para analisar os dados e elaborar sínteses – é da natureza das ciências humanas, esta exigência. Portanto, o tempo de realização de uma dissertação ou tese não pode ser resumido ao período de bolsa da Capes sem amplo debate;

- g) a relevância da produção científica deve ser medida a médio e a longo prazo, e não apenas no curto tempo estabelecido a partir de parâmetros de produtividade;
- h) uma universidade autônoma deve dirigir suas pesquisas sem intervenções externas de empresas e instituições financiadoras governamentais, que tem interesses contraditórios com os da instituição;
- i) os programas devem criar condições de sustentar, concretamente, a produção do conhecimento que dê conta da explicação da realidade brasileira em várias escalas;
- j) os programas devem promover a valorização da produção científica e, nesse sentido, a qualidade do trabalho não pode ser superposta por critérios de quantidade, numa tentativa clara de entender nossa realidade, enquanto país, com suas especificidades e problemas;
- k) o mestrado deve ser entendido como momento fundamental da carreira do pesquisador, passo essencial para a realização de uma pesquisa aprofundada no doutorado. A importância dessa formação se justifica também no fato de que o doutor será o futuro orientador e que se ele falhar, corre-se o risco de, no futuro, haver perda de qualidade na pós-graduação;
- l) o *modelo* a ser seguido, longe de eliminar as diferenças e suas possi-

- bilidades – substanciais no uso de tempos e espaços na universidade –, deve ser estimulado;
- m) deve viabilizar as possibilidades, ainda não completamente amordaçadas, de realização do pensamento crítico não fascinado pela técnica, utilizando-a nos seus estritos limites, como suporte para a produção da pesquisa e não como finalidade última. Nesse sentido, o aprofundamento do intercâmbio entre programas é fundamental.

DESAFIOS

As instituições de fomento realizam suas atividades e impõem sua lógica por meio do trabalho de professores da própria universidade – significa dizer, que as diferenças e as contradições da universidade se reproduzem nas instituições de fomento. Só que aqui o debate não se realiza, logo, *professores de dentro da universidade*, instalados nas instituições de fomento vão produzindo um modelo que impõe seus parâmetros de avaliação, produzindo uma verdadeira camisa de força que amordaça a possibilidade de realização das diferenças, posto que as exclui pelo estabelecimento de padrões rígidos e técnicos, sem um debate acadêmico aprofundado que deveria envolver toda a sua comunidade. Assim, constrói-se um modelo hegemônico de universidade.

Esse processo vem ignorando a constituição de um *pensamento crítico diferencial* e faz com que, cada vez mais, percam espaço o *exercício da liberdade enquanto exercício da diferença* e o debate sobre os caminhos a serem seguidos, fundamentados em visões de mundo plurais e múltiplas – único meio de abrir possibilidades sempre renovadas de descoberta. Sem essa base, a produção do conhecimento se empobrece e, com ela, perde importância o papel do geógrafo na sociedade.

A constituição do cidadão passa pela afirmação de sua condição humana, capaz de concebê-la em todas as suas dimensões. Abdicar dessa situação é simplificar o papel do conhecimento no processo de constituição da humanidade do homem – um conhecimento que amplia as possibilidades de sua realização enquanto sujeito da história e do entendimento dela em seus nexos visíveis e invisíveis. A formação do cidadão passa, necessariamente, pelo exercício do conhecimento. O exercício da liberdade advém da capacidade do cida-

dão de conhecer o mundo ao qual pertence, sendo este um processo desenvolvido metodicamente. Conhecer é criação, é inovação, é assumir riscos – todos eles presentes na atividade prática do conhecimento. A recusa sistemática que se faz da teoria e do pragmatismo são, na opinião desta autora, a negação de um projeto capaz de transformar a realidade.⁴

A pesquisa é um desafio e representa concretamente a possibilidade de descoberta de nossa condição no mundo e, por isso, deve ser exercida de modo livre. Por sua vez, o aprendizado deve permitir a atuação plena da personalidade do ser humano e a tomada de consciência da realidade concreta em que vivem os homens e das contradições que dela emergem. Significa dizer que, num mundo em constante transformação, não existem teorias prontas e acabadas.

O desafio que desponta no horizonte é como os geógrafos, por meio do seu trabalho, podem construir uma explicação do mundo e de sua relação com o mundo – a produção do conhecimento crítico revelador, capaz de desvendar seus significados mais profundos. Enfim, qual o seu compromisso com a história e o futuro da Geografia?

Vive-se o fim das utopias, dentre elas aquela da universidade capaz de produzir um conhecimento que decifre o mundo e abra perspectivas para sua transformação?

⁴ Não se pode pensar nas humanidades como um espaço no qual se encontre um sentido dado: o seu problema e também a sua qualidade residem no encontro do homem com o não-sentido e a decorrente construção de sentidos, porém, apenas humanos, por isso frágeis, superáveis, contestáveis. Esta talvez seja a grande contribuição, hoje, das humanidades, na medida em que o que elas dizem, em última análise, é que a construção do homem é obra do próprio homem. Essa fragilidade é a dimensão da liberdade.